



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AW
Nº 70013841515
2005/CÍVEL

Doc. 348

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA DA CÂMARA DE
VEREADORES. DESTINAÇÃO OBRIGATÓRIA DE
PERCENTUAL NÃO INFERIOR A 3% DO
ORÇAMENTO ANUAL PARA SISTEMA DE
TRATAMENTO DE ESGOTOS CLOACAIS.
MATÉRIA QUE VERSA SOBRE VINCULAÇÃO DE
RECEITA E DESPESA. VÍCIO DE INICIATIVA.
AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	ÓRGÃO ESPECIAL
Nº 70013841515	PORTO ALEGRE
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO	REQUERENTE
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HAMBURGO	REQUERIDA
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em julgar procedente a ação.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores Desembargadores **ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESENTE), ANTONIO CARLOS NETTO MANGABEIRA, JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO, OSVALDO STEFANELLO, PAULO AUGUSTO MONTE LOPES, ARISTIDES PEDROSO DE ALBUQUERQUE NETO, RANOLFO VIEIRA, ARAKEN DE ASSIS, VASCO DELLA GIUSTINA, MARIA BERENICE DIAS, DANÚBIO**



AW
Nº 70013841515
2005/CÍVEL

EDON FRANCO, LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, JORGE LUÍS DALL'AGNOL, MARCELO BANDEIRA PEREIRA, ROQUE MIGUEL FANK, LEO LIMA, ADÃO SERGIO DO NASCIMENTO CASSIANO, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO, MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA E VICENTE BARRÔCO DE VASCONCELLOS.

Porto Alegre, 05 de junho de 2006.

**DES. ARNO WERLANG,
Relator.**

RELATÓRIO

DES. ARNO WERLANG (RELATOR)

Trata-se de representação do **SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO** para o fim de declarar a inconstitucionalidade do artigo 148, da Lei Orgânica do Município, de iniciativa da **CÂMARA DE VEREADORES**, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público reservar, em seu orçamento anual, percentual não inferior a 3% de sua receita até a completa instalação do sistema de tratamento de esgotos cloacais.

Alega que, apesar da vigência, desde 1990, o dispositivo legal ora impugnado jamais foi acatado por qualquer dos administradores, isto porque evidente a invasão pelo Legislativo Municipal na competência reservada privativamente ao Prefeito, com violação ao artigo 8º, artigo 10, artigo 82, incisos III e XI, artigo 149, e



AW
Nº 70013841515
2005/CÍVEL

artigo 154, inciso IV, todos da Constituição do Estado, em face do princípio da simetria daqueles preceitos constitucionais.

A liminar de suspensão dos efeitos do artigo 148, da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo foi deferida às fls. 41/43.

Citada, a Procuradoria-Geral do Estado (fl. 54) pugnou pela manutenção da lei objeto desta com lastro na presunção de sua constitucionalidade.

O Ministério Público lançou parecer (fls. 60/63) pela procedência da ação.

A Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo prestou as informações de fls. 56/58, via fax, juntadas as originais às fls. 66/69.

Vieram conclusos.

É o relatório.

VOTO

DES. ARNO WERLANG (RELATOR)

Senhor Presidente. Eminentes Colegas. Na esteira do que decidi por ocasião do deferimento da liminar, cujos fundamentos abaixo reproduzo como razões de decidir, estou em dar pela procedência desta e declarar a inconstitucionalidade do artigo 148, da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo por flagrante vício de iniciativa:

(...)

2. Estou em admitir a liminar postulada, em face do vício de iniciativa de que padece a lei municipal objeto desta ação, porquanto haver regulado matéria de competência



AW

Nº 70013841515

2005/CÍVEL

exclusiva do Poder Executivo Municipal relativa à organização e estruturação das atribuições pertinentes à Administração Municipal.

Verifico, assim, inicialmente, afronta aos artigos 60, II, "d", e 82, II e VII, da Constituição Estadual, além de flagrante contrariedade ao princípio da separação e independência dos Poderes gravado no artigo 8º e 10, também de nossa Constituição Estadual.

Ademais do vício formal já destacado, há, igualmente, inconstitucionalidade material a ser declarada no bojo da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo, devido à determinação de medidas ao Executivo que, sem dúvida, demandam o aumento de despesas públicas sem a devida previsão orçamentária de que trata o texto constitucional. Nesse passo, não está o Legislativo autorizado à criação de leis que gerem despesas não previstas ao Executivo, sob pena de se inviabilizar as metas da Administração, nos termos do que dispõem os artigos 149, I a III e 154, da Constituição Estadual.

*Por todo o exposto, presente a verossimilhança da alegação, **DEFIRO A LIMINAR** para suspender os efeitos do artigo 148, da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo.*

Neste sentido, tem se orientado a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo da seguinte ementa:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL PLENO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO.
70006430334
RELATOR: DESEMBARGADOR VASCO DELLA
GIUSTINA
JULGADO EM 06/10/2003

ADIN. São Leopoldo. Art. 60, da Lei Orgânica Municipal, que destina 5% (cinco por cento) de seus



AW

Nº 70013841515

2005/CÍVEL

recursos orçamentários para programa da área habitacional. Viabilidade do controle constitucional de dispositivo da lei Orgânica Municipal. Vício de iniciativa. Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, com o auxílio dos secretários, a elaboração da lei do orçamento. Vedação de vinculação da receita e despesa. Paralelo com a Constituição Federal. Precedentes do Tribunal de Justiça e do STF. Percentual estabelecido pelo Legislativo limita a ação do Poder Executivo, a quem cabe a conveniência e a oportunidade na destinação de verbas. Afronta ao princípio da independência entre os Poderes, com usurpação da competência privativa. ADIN julgada procedente, por ofensa aos arts. 82, XI e 149, III, da Carta Estadual.

Pelo exposto, julgo procedente esta ação direta de inconstitucionalidade.

TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE) - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 70013841515, COMARCA DE PORTO ALEGRE: "À UNANIMIDADE, JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO".

SBDS